



Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal: perceções e práticas locais sobre o Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas

Olga Cidades^a, Rui M. Neves^b

^a*Biblioteca Municipal de Palmela, Portugal, ocidades@cm-palmela.pt*

^b*Biblioteca Municipal do Montijo, Portugal, rneves@mun-montijo.pt*

Resumo

A presente comunicação tem como objeto a estratégia de investigação e ação levada a cabo relativamente à aplicação local das missões do Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas (2022) nas bibliotecas constituintes da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal (RIBRS). Considera-se o Manifesto como o roteiro que tem suportado e orientado o caminho realizado pelas bibliotecas públicas municipais ao longo dos últimos quarenta anos em direção à criação de um país democrático e desenvolvido, tal como preconizado no alvoro do “25 de Abril de 1974” e materializado há cinquenta anos na Constituição da República Portuguesa (1976).

Palavras-chave: Manifesto IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas, Biblioteca Pública Municipal, Serviços e Atividades, Boas Práticas Locais

Introdução

O propósito da Biblioteca Pública é fortalecer a democracia, a igualdade e a justiça social, aumentar o acesso à informação, disseminar a cultura e o conhecimento, contribuir para o tempo de lazer significativo e informativo e agir como uma instituição comunitária e espaço social. É a materialização no território e na proximidade com as comunidades, do programa plasmado no Manifesto da IFLA/UNESCO (1994 e 2022), reforçado pelas Diretrizes IFLA para as Bibliotecas Públicas (2012) e aplicando, em consonância com o estabelecido na Constituição da República Portuguesa (1976) e na legislação autárquica sobre o direito à cultura e informação e ao papel das autarquias na prossecução do interesse público.

A Biblioteca Pública, decorrente do descrito em IFLA-UNESCO (2022), é o centro local de informação e, também, porta de acesso local ao conhecimento. É um espaço seguro onde se cria a cultura, onde se exerce a liberdade e se constrói a democracia. Em Portugal, é a biblioteca pública municipal, mais de 50 anos depois da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), e nos 40 anos da publicação do relatório “Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais” (1986), que se afirma como impulsionadora da democracia, da cidadania e do desenvolvimento, materializado através de uma praxis local o conceito universal e global inserto no Manifesto da IFLA/UNESCO.

A Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal (RIBRS), de acordo com CIDADES & NEVES (2024), é uma evidência do compromisso e do pioneirismo do poder local democrático com as

bibliotecas públicas manifestada através da criação do “Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas (1983), com a realização do “1º Encontro da Leitura Pública” (1986) e a criação do “Dia das Bibliotecas de Leitura Pública da Região de Setúbal” (9 de dezembro 1986). O corolário de todo este processo foi a celebração, por dez dos treze municípios constituintes do então distrito de Setúbal, do contrato-programa que permitiu a adesão ao Programa Nacional da Leitura Pública (1987).

Posteriormente, a biblioteca pública municipal, foi desenvolvendo ao longo de mais de trinta anos um trabalho regular e inovador, tendo o Manifesto (na versão de 1994) como o roteiro para os vários caminhos ao encontro do cumprimento das missões chave. Segundo OMELLA (2023), a referida versão do Manifesto contribuiu para impulsionar a biblioteca pública, identificando uma missão e valores que foram e são partilhados por toda a comunidade bibliotecária.

Com a atualização em 2022 do Manifesto, temos refletido de forma objetiva o papel das bibliotecas públicas em transformar a sociedade da informação e do conhecimento, através da capacitação de todos os seus membros para aceder, produzir, criar e partilhar informação. Para OMELLA (2023) a nova versão reforça os princípios e valores da versão de 1994 e centra a sua atenção na inclusão, na participação cívica e na função comunitária da biblioteca pública.

Perante este enfoque e no contexto de celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) e da realização do XI Encontro da Leitura Pública da Região de Setúbal: “Bibliotecas Públicas Municipais-Participação da Comunidade, Construção da Democracia” (Montijo, novembro de 2024), “ousámos” aprofundar um tema que é tão essencial e determinante para as bibliotecas públicas municipais. A partir de um pequeno questionário e respetiva apresentação dos resultados no referido encontro, desenhamos uma estratégia de investigação - ação que passou pela realização da Oficina Interna “Biblioteca Pública- Ponto de Acesso Local ao Conhecimento” (outubro e novembro de 2025 e abril 2026), culminando com a presente comunicação com o intuito de a partilhar com a demais comunidade a prática das bibliotecas públicas municipais.

Método

No segundo trimestre de 2024, foi enviado a todos os bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas públicas municipais de Alcácer do Sal, Alcochete, Grândola, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra e Setúbal, um questionário com a combinação de questão fechada com questão aberta, apresentada da seguinte forma: “Considera que na sua Biblioteca a missão acima enunciada é cumprida?”.

Através desta metodologia pretendeu-se recolher informação relativa ao entendimento de cada bibliotecário sobre cada uma das missões-chave (versão de 1994 e versão de 2022), i.e., se consideravam o seu cumprimento, e em caso afirmativo que apresentassem evidências (que serviços foram instituídos e quais as atividades desenvolvidas) e em caso de não cumprimento, o justificassem. Os resultados foram apresentados no já referido XI Encontro da Leitura Pública, mediante a apresentação da comunicação “Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas: um roteiro e seus caminhos”.

Posteriormente, perante os resultados, foi proposto pelos autores, em sede do grupo de trabalho, uma abordagem mais profunda ao Manifesto no seio da RIBRS e deste modo foi criada uma oficina interna destinada a todos os profissionais de informação e documentação em funções nas Bibliotecas Públicas Municipais (BPM). Nesta oficina denominada “Biblioteca Pública-Ponto de Acesso Local ao Conhecimento” cada BPM apresentou, em duas sessões (outubro e novembro de 2025), uma abordagem a uma missão-chave, assente num guião com os seguintes itens de análise: a) leitura crítica da missão;

b) recursos necessários ao seu desenvolvimento; c) exemplos de desenvolvimento da missão; d) exemplos de constrangimentos ao desenvolvimento da missão; e) propostas de atividade para o desenvolvimento da missão; f) proposta de serviço para o desenvolvimento da missão. Decorrente da informação apresentada e debatida pelos profissionais foi decidido realizar uma terceira sessão (abril de 2026), onde os autores da presente comunicação, após uma análise ao conteúdo de cada documento produzido, fizeram a recolha e sistematização das perceções e práticas locais relativas à aplicação do Manifesto.

Resultados e Discussão

Inquérito por questionário

A recolha da informação solicitada no referido questionário, apresentou os seguintes resultados:

a) Missões totalmente cumpridas pelas 9 bibliotecas:

“Fornecer acesso a uma gama ampla de informações e ideias sem qualquer forma de censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar a aprendizagem ao longo da vida”.

“Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta”.

“Promover, apoiar e participar em atividades e programas de literacia para desenvolver capacidades de leitura e de escrita e facilitar o desenvolvimento de competências de literacia dos media e a literacia digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática”.

“Fornecer serviços às suas comunidades de forma presencial e remota através de tecnologias digitais que permitam, sempre que possível, o acesso à informação, coleções e programas”.

“Promover, apoiar e participar em atividades e programas de literacia para desenvolver capacidades de leitura e de escrita e facilitar o desenvolvimento de competências de literacia dos media e a literacia digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática”.

b) Missões totalmente cumpridas por 8 bibliotecas. Missão não cumprida numa só biblioteca:

“Proporcionar oportunidades de desenvolvimento individual criativo e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia”.

“Garantir o acesso a todas as pessoas ao conhecimento sobre a sua comunidade e criar oportunidades para a organização comunitária, promovendo o reconhecimento do papel central ocupado pela biblioteca no tecido social”.

“Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico como, por exemplo, a resultados de pesquisas e informações sobre saúde que possam ter impacto na vida dos utilizadores, bem como possibilitar a participação no progresso científico”.

“Preservar e promover o acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas, incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem recolhidos, preservados e partilhados de acordo com os seus desejos”.

- c) Missões totalmente cumpridas por 6 bibliotecas. Missão não cumprida em 2 bibliotecas (rececionadas 8 respostas):

“Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural”.

- d) Missões totalmente cumpridas por 6 bibliotecas. Missão não cumprida em 3 bibliotecas:

“Prestar serviços de informação adequados a empresas, a associações e a grupos de interesse”.

Após análise dos dados recolhidos, verifica-se a assunção pela grande maioria dos responsáveis que as missões-chave são cumpridas, no entanto quando se abordam as evidências, são de assinalar inconsistências entre o afirmar do cumprimento e o que é revelado como cumprido. Verifica-se uma evidente heterogeneidade de perceções no entendimento dos profissionais das referidas BPM na apreensão e aplicação das missões, levando à necessidade de aprofundamento do debate em torno do desenvolvimento do Manifesto de 2022 a nível conceptual e a nível local, nomeadamente a distinção entre serviço e atividade.

Oficina Interna da RIBRS “Biblioteca Pública – Ponto de Acesso Local ao Conhecimento”

Desenvolveu-se em três sessões, a 29 de outubro, 26 de novembro e a 29 de abril. Nesta Oficina pretendeu-se realizar uma leitura comum sobre as missões-chave do Manifesto da IFLA/UNESCO e construir referenciais comuns de atuação nas BPM que integram a RIBRS, tendo sido apresentadas e debatidas as missões de acordo com o guião anteriormente mencionado. Na última sessão, pretendeu-se sintetizar e sistematizar a informação recolhida e recomendar a produção de um guia estratégico e prático para uma melhor e eficiente execução do Manifesto, com a identificação dos recursos necessários à sua implementação, análise do seu âmbito e densificação de cada missão.

Leitura crítica das missões, recursos e constrangimentos

A análise das missões evidencia uma predominância de abordagens interpretativas, nas quais se destacam objetivos amplos, princípios orientadores e valores estruturantes. Identificam-se dimensões como o acesso à informação, o desenvolvimento pessoal (incluindo criatividade, imaginação, curiosidade e empatia), a promoção da leitura ao longo da vida, as literacias múltiplas e o reforço da democracia.

Paralelamente, identificam-se áreas como o acesso e uso de tecnologias digitais, o combate à infoexclusão e o desenvolvimento de competências digitais; o conhecimento e valorização do contexto local, incluindo a memória e identidade comunitária, e ainda a promoção da cidadania ativa, da coesão social e do progresso científico, com enfoque em práticas como a ciência cidadã e a ciência aberta. Acrescem dimensões como a diversidade cultural, o diálogo intercultural, a preservação e o acesso à cultura, bem como a disponibilização de informação especializada para diferentes grupos de interesse.

Esta amplitude conceptual levanta desafios significativos. As missões apresentam-se com um enunciado abrangente e baseadas em conceitos latos, o que permite liberdade de ação na sua implementação e operacionalização. A formulação de um programa com aquelas características exige e desafia a definição de prioridades e a implementação de ações concretas, orientadas para a seu efetivo

cumprimento com a devida e adequada monitorização. O uso de uma linguagem mais assertiva é sugerido, com o objetivo de tornar as orientações mais vinculativas.

No que respeita aos recursos necessários, verifica-se uma convergência clara entre as diferentes missões. Destacam-se os recursos de informação (tanto ao nível do conteúdo disponibilizado como das formas de acesso) os recursos materiais (infraestruturas tecnológicas, espaços e equipamentos), os recursos humanos (qualificação técnica, número de profissionais, formação contínua e capacidade de desempenhar múltiplas funções), os recursos financeiros (essenciais para criar, manter e adaptar serviços) e, por fim, os recursos organizacionais (existência de uma microestrutura organizacional da BPM onde se materializem objetivamente a existências dos diversos serviços bibliotecários).

Por outro lado, os constrangimentos identificados revelam fragilidades estruturais. A ausência de políticas de gestão estratégica (tanto a nível nacional, regional como local) surge como um dos principais obstáculos. Acrescem-se limitações ao nível dos recursos humanos e financeiros, dificuldades na continuidade da participação comunitária e das parcerias, insuficiências tecnológicas e a falta de estudos aprofundados sobre as comunidades e perfis de utilizadores. Outros obstáculos incluem dificuldades de acesso aos serviços, decorrentes, por exemplo, da dispersão geográfica, limitações nos recursos físicos, bem como fatores de natureza política e ideológica e de manifestações de censura. Acrescem na nossa sub-região, com o emergir de população migrante, barreiras linguísticas e culturais.

Exemplo de desenvolvimento das missões, apresentação de propostas de atividades e serviços a desenvolver.

Decorrente da leitura e análise dos exemplos de desenvolvimento das missões é de referir que ao longo das referidas sessões, foi apresentada uma diversidade de atividades que evidenciaram o recorrer em cada missão à atividade regular de uma biblioteca pública, tal como: constituição e desenvolvimento de coleções, livre acesso às coleções, empréstimo domiciliário, serviço de referência, serviço de extensão cultural recorrendo a exposições, à promoção e animação da leitura e serviço de apoio às bibliotecas escolares. Em suma, devido ao mencionado anteriormente sobre a amplitude conceptual de cada Missão verificamos, com agrado, que a atividade essencial e nuclear da biblioteca pública predomina na práxis quotidiana de cada profissional e da respetiva unidade de informação.

No que concerne a propostas de atividades para o desenvolvimento das missões, ficou evidenciada a criatividade dos profissionais perante a latitude de ação de cada missão, pois contabilizámos cerca de meia centena de propostas de atividades no enunciado apresentado nas oficinas. O leque de atividades vai desde a formação dos utilizadores para futura capacitação em diferentes literacias, a implementação de workshops e oficinas sobre várias temáticas, clubes de leitura e artes, clube de rádio, podcasts, criação de um prémio literário, rotas literárias, galeria online de autores locais, ateliers de produção de documentação escrita e audiovisual sobre História, memória e identidade local. Assim, verificamos a necessidade de disponibilizar aos profissionais o já anteriormente referido guia estratégico e prático onde estejam enunciadas, com cariz indicativo, mas de uma forma sistematizada e adequada a cada Missão, um conjunto de propostas de atividades a poderem ser implementadas pelas bibliotecas públicas municipais.

Chegados à análise e leitura das propostas de serviços para o desenvolvimento das missões, deparamo-nos com uma aceitável variedade de propostas de criação e implementação de serviços, apontando para cerca de uma dezena de serviços. É pertinente esta abordagem resultante do que foi enunciado nos documentos relativos a cada Missão, pois aquando do ponto “recursos necessários ao seu desenvolvimento” a referência aos recursos organizacionais foram apenas mencionados por cinco vezes.

Deste modo, partindo que os serviços básicos e nucleares de uma biblioteca pública estão consolidados e assumidos, apurámos menções aos seguintes serviços: serviço de extensão cultural, serviço de promoção e animação da leitura, serviço educativo, serviço de informação à comunidade, serviço de informação de ciência e saúde, serviço de acesso às tecnologias de informação e conhecimento, biblioteca digital, biblioteca itinerante, serviço de mediação intercultural e diversidade cultural, serviço de História, memória e identidade local.

Neste ponto, vem à discussão e debate a questão da concetualização dos serviços e da sua efetiva existência na microestrutura organizacional de qualquer serviço municipal de biblioteca pública inserto na macroestrutura de uma organização municipal. Também nesta situação é necessário providenciar o guia prático para orientação dos profissionais aquando da decisão de criação de serviços, relativamente à sua pertinência e justificação organizacional, no que concerne à implementação e desenvolvimento da Missão e da sua consolidação em termos de recursos humanos, financeiros, materiais e, claro, informacionais.

Por fim, no âmbito da discussão e debate apresentamos algumas questões para reflexão, tais como:

- a) Será ao nível local que cada BPM deve encontrar o seu enquadramento específico para concretizar as missões-chave do Manifesto?
- b) Faz sentido tentar responder a todas as missões de forma simultânea, ou será mais eficaz estabelecer prioridades estratégicas?
- c) E será possível cumprir estas missões sem a definição clara de objetivos, indicadores de desempenho e mecanismos de avaliação?
- d) A lógica enunciativa e abrangente deverá ceder lugar a uma abordagem mais estratégica, contextualizada e mensurável?
- e) Será possível transformar as missões em instrumentos efetivos de intervenção, capazes de gerar impacto real nas comunidades que as bibliotecas servem?
- f) Qual o nível de consciência que os profissionais das bibliotecas públicas municipais têm da importância do Manifesto no seu desenvolvimento profissional e na orientação para o serviço público?
- g) Do ponto vista organizacional estarão os municípios despertos para o papel e ação decorrente da implementação, através da biblioteca pública, das onze missões-chave do Manifesto
- h) Decorrente da implementação local de cada Missão que instrumentos credíveis, fiáveis e aceitáveis serão necessários para aferir a efetiva e impactante concretização do Manifesto?

Conclusões

Efetivamente, segundo IFLA (2024) a comunidade de profissionais das bibliotecas e da informação não deve sentir-se uma mera espectadora da evolução do nosso sector nem do âmbito alargado do conhecimento e informação em que estamos integrados. A estratégia de investigação e ação utilizada neste caso é um exemplo possível para que aqueles que estão no terreno possam refletir, debater e produzir informação pertinente e prática. O caso que aqui apresentamos revela quão oportuno foi realizar esta primeira avaliação do “estado arte” na nossa sub-região da implementação e operacionalização do Manifesto. Todo o processo descrito na presente comunicação fez-nos pensar, em conjunto, a nossa profissão, os serviços prestados e a necessidade de partilhar o resultado dessa reflexão com os demais profissionais das BPM.

Num tempo de imprevisibilidade e incerteza provocado pela aceleração da vida quotidiana com o assistir das alterações climáticas, demográficas, tecnológicas, geopolíticas, informacionais, e às ameaças à

liberdade de expressão, à cidadania e, especialmente à democracia, recomendamos que se estabeleça na RIBRS o compromisso para a continuação do desenvolvimento do Manifesto IFLA/UNESCO. Como o fazer? Mediante o preconizado em IFLA (2026) com a conexão entre as bibliotecas públicas e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” das Nações Unidas de forma a assegurar que as bibliotecas públicas municipais sejam uma prioridade na agenda dos governos locais, da comunidade e dos profissionais. O Manifesto tem sido o documento que contém o programa que posiciona a Biblioteca Pública na agenda política e o roteiro que tem permitido aos profissionais da informação e documentação exercer de forma segura e coerente a sua profissão e o compromisso com a liberdade e a democracia.

Referências

CIDADES, O., & NEVES, R. (2024). Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas: um roteiro e seus caminhos. In XI Encontro da Leitura Pública da AMRS, Montijo, novembro de 2024

[HTTPS://WWW.AMRS.PT/AREAS-TEMATICAS/REDE-DE-BIBLIOTECAS/ENCONTROS-INTERMUNICIPAIS/BIBLIOTECAS-PUBLICAS-MUNICIPAIS-PARTICIPACAO-DA-COMUNIDADE-CONSTRUCAO-DA-DE](https://www.amrs.pt/areas-tematicas/rede-de-bibliotecas/encontros-intermunicipais/bibliotecas-publicas-municipais-participacao-da-comunidade-construcao-da-de)

IFLA (2026). IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022 and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs)

[IFLA-UNESCO PUBLIC LIBRARY MANIFESTO 2022 AND THE UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS \(SDGs\)](#)

IFLA (2024). IFLA Report 2024. The Hague: IFLA

<https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/6843>

IFLA: UNESCO (2022). Manifesto da IFLA/UNESCO para as bibliotecas públicas. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2023.

[Manifesto IFLA PT 2022.pdf](#)

OMELLA, E. (2023). El Manifiesto de la IFLA-UNESCO sobre bibliotecas públicas de 2002: un instrumento clave en apoyo a la bibliotecas públicas. Anuario ThinkEPI, v.17, e17a42

<https://doi.org/10.3145/thinkepi.2023.e17a42>